

BOLETIM 178

Brasília, 3 de agosto de 2016

Marceneiros de São Paulo realizam seminário para organizar campanha salarial

A categoria dos Oficiais Marceneiros de São Paulo realizou, nos dias 29, 30 e 31 de julho de 2016, o seu 22º Seminário Preparatório da Campanha Salarial 2016/2017, na Colônia de Férias da FETICOM-SP, em Mongaguá, com o tema “Não à precarização do trabalho, nenhum direito a menos”

Ao todo, participaram do evento 134 lideranças que discutiram temas de grande relevância para os trabalhadores, como, por exemplo, conjuntura nacional e internacional, saúde e segurança no trabalho, previdência social, questões de gênero, economia e a mobilização da categoria em tempos de crise.

Para todos os presentes, o 22º seminário dos SINDMAR-SP, presidido pelo companheiro Antonio Lopes, foi grande em número de participantes, mas também em representatividade, diversidade, debate e conteúdo político com o elevado nível dos palestrantes.

Além dos trabalhadores da base e da diretoria do Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo, participaram também dirigentes da CONTRICOM, da FETICOM/SP, da FETRACOM/BASE, da FETICOM/RS, do Sindicato



O presidente Antonio Lopes faz a abertura dos trabalhos do 22º Seminário



A representatividade do expressivo número de lideranças marcou o encontro dos marceneiros

dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Mirassol; do Sindicatos dos Oficiais Marceneiros do Estados de Pernambuco; de Belo Horizonte; e do Espírito Santo e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira no Estado da Bahia.

Para Miraldo Vieira, secretário Geral da CONTRICOM, que representou a entidade no evento, o Seminário foi bastante rico nos debates e o número de trabalhadores presentes, em pleno final de semana, demonstra o grau de consciência que têm os filiados do Sindicato.

“O SINDMAR de fato se consolida como uma entidade verdadeiramente de luta e sua diretoria não vacila, mesmo num momento difícil



Mirado, secretário Geral da CONTRICOM, se dirige à plenária do Seminário ao lado do presidente Antonio Lopes



A plenária debateu importantes assuntos de interesse da categoria

como este, reúne seus filiados para traçar os rumos das próximas negociações. Com certeza, a categoria estará mobilizada para lutar e consequentemente conquistar melhores benefícios”, pontuou.

Miraldo lembrou, ainda, que o Sindicato dos Oficiais Marceneiros foi a primeira entidade em São Paulo que se filiou à CONTRICOM. “Para nós, da CONTRICOM, é motivo de muito orgulho ter o SINDMAR em nossas fileiras”, afirmou.

Fonte: SINDMAR-SP, com fotos de Frederico Sales

Ministro defende diálogo para resolver divergências da reforma da Previdência

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse nesta terça-feira (2) que pontos de divergência entre empregadores, trabalhadores e governo na reforma da Previdência não serão resolvidos por meio do embate de forças, mas pelo diálogo em busca de consenso. Nogueira lembrou que um grupo de trabalho foi criado pelo governo do presidente interino Michel Temer para discutir a reforma da Previdência.

“Não existe uma proposta pronta ainda. Ela está sendo construída. O governo tem falado que a intenção é não buscar adesão para uma proposta, mas que ela seja construída. Os pontos de divergência não serão definidos por meio de um embate de medida de força, mas pelo diálogo amplo, de modo que possamos encontrar um consenso pensando numa Previdência para o futuro do trabalhador”, informou, durante audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos e Assuntos Sociais do Senado.

Em maio, o presidente interino Michel Temer anunciou a criação de grupo de trabalho com a participação de governo e sindicalistas para discutir mudanças na Previdência Social. A ideia é que uma proposta seja apresentada no fim das discussões.

Direitos - Aos senadores, o ministro disse da necessidade de uma atualização da legislação trabalhista, porque, desde a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), surgiram leis complementares, súmulas e portarias que



Ministro Ronaldo Nogueira, do Trabalho

abriram margem para interpretações subjetivas e decisões que contrariam a CLT.

“Então, se faz necessária uma atualização dessa legislação esparsa para que a interpretação pelo trabalhador, empregador e juiz seja a mesma. Precisamos oferecer uma legislação que traga segurança jurídica nessa relação”, esclareceu o ministro.

Segundo Nogueira, não haverá retirada de direitos dos trabalhadores. “Não há nenhuma hipótese de qualquer direito do trabalhador ser subtraído. Não há hipótese de parcelamento de décimo terceiro, de fatiamento de férias, do fundo de garantia e abono.”

Convenção coletiva - Ronaldo Nogueira reafirmou a intenção de dar maior legitimidade à negociação coletiva frente à CLT. Segundo ele, haverá uma legislação para dar diretrizes e estabelecer os casos em que a convenção coletiva terá maior força e não será permitida a retirada de direitos dos trabalhadores.

"Pretendemos dar legitimidade maior para a representação sindical, principalmente no que diz respeito ao prestígio da convenção coletiva. A legislação definirá os parâmetros em que a

negociação coletiva tem força de lei para que depois o juiz não desmoralize o sindicato”, acrescentou.

Terceirização - O ministro reiterou que um grupo de trabalho com participação de governo e entidades sindicais vai decidir o que são serviços especializados e quais poderão ser terceirizados em contratos específicos.

“O contrato do serviço especializado definirá dentro de cada cadeia econômica quais são as atividades que poderão ser objeto desse contrato. A atividade que faz parte daquele serviço especializado está protegido pela representação sindical da categoria”, concluiu.

Fonte: Agência Brasil

Produção industrial cresce pelo quarto mês consecutivo, com alta de 1,1%

A produção industrial brasileira cresceu 1,1% na passagem de maio para junho. Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgados nesta terça-feira (2) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esta é a quarta alta consecutiva do indicador nesse tipo de comparação.

Apesar disso, a produção teve queda de 6% na comparação com junho do ano passado, marcando a 28ª taxa negativa consecutiva nessa comparação. A indústria brasileira também acumula quedas de 9,1% em 2016 e de 9,8% no período de 12 meses.

Na passagem de maio para junho, as quatro grandes categorias econômicas tiveram alta, com



destaque para os bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos, com crescimento de 2,1%. As demais categorias tiveram as seguintes taxas de crescimento: bens de consumo semi e não duráveis (1,2%), bens de consumo duráveis (1,1%) e bens intermediários, isto é, os insumos industrializados para o setor produtivo (0,5%).

Ainda nesse tipo de comparação, 18 das 24 atividades industriais tiveram alta na produção. Os principais destaques vieram dos veículos automotores (8,4%), de perfumaria, produtos de limpeza e de higiene pessoal (4,7%), metalurgia (4,7%), confecção de artigos do vestuário (9,8%), artefatos de couro e calçados (10,8%), produtos farmacêuticos (4,4%) e produtos de borracha e de material plástico (2,4%).

Por outro lado, seis atividades industriais tiveram queda na produção na passagem de maio para junho, com destaques para produtos alimentícios (-0,7%), bebidas (-2,6%), produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-0,6%) e produtos de papel (-2%).

Fonte: Agência Brasil

Relator aponta crimes e vota pela continuidade do impeachment de Dilma

O relator da Comissão Especial do Impeachment, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), apresentou nesta terça-feira (2) seu relatório com voto pela procedência da acusação e pelo prosseguimento do processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff.

Num documento de 441 páginas, Anastasia afirmou que há a presença de materialidade de

crime e indício de autoria, o que o levou a votar pela pronúncia de Dilma. Ou seja, ela deve ser levada a julgamento pelos 81 senadores.

Para Anastasia, a presidente violou a Constituição ao praticar as chamadas “pedaladas fiscais”, atrasando pagamentos da União a bancos públicos para execução de despesas, e ao editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional.

Economia - Ao concluir seu voto, o relator fez considerações sobre a situação econômica, afirmando que a “expansão insustentável” do gasto público está associada à profunda crise que o Brasil vive hoje.

O parlamentar classificou de “grave” a conduta da chefe do Executivo, que, na opinião dele, foi conivente com um “vale-tudo orçamentário”.

O relator também fez questão de ressaltar que seu voto não foi feito para contrastar o mandato de Dilma Rousseff com índices críticos de impopularidade e com o sentimento de rejeição demonstrado pela população nas redes sociais.

Fonte: Agência Senado

Governo quer criar limite de gastos para estados

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta terça-feira (2) que o governo pretende alterar a proposta que limita os gastos públicos, de modo que os estados também tenham um teto para o crescimento das despesas dos poderes estaduais.



Meirelles participou de reunião no Palácio do Planalto com os ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha, e da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, para discutir mudanças no projeto de renegociação das dívidas dos estados, cuja votação estava marcada para ocorrer nesta semana.

"O que já foi acordado é que, tal qual na proposta de emenda constitucional para o governo federal, exista também para os estados um teto para o crescimento das despesas dos diversos poderes estaduais", informou o ministro.

Ele garantiu, porém, que não estão sendo discutidos percentuais diferentes para categorias como servidores do Judiciário e Ministério Público. Nessa segunda-feira (1º), o ministro anunciou que os gastos com terceirizados dos demais poderes estaduais ficarão fora da LRF.

A mudança na proposta de emenda à Constituição (PEC 241/16) que limita os gastos públicos para despesas primárias nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário é uma das contrapartidas que os estados terão de apresentar à União para renegociar suas dívidas.

A votação da PEC, que ainda está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, ficou para a semana que vem. Já o projeto da renegociação, que também foi adiado para a próxima semana, está no plenário, mas não foi votado por falta de quórum.

Fonte: Portal EBC

Emprego sem carteira aumenta no ano e revela avanço da informalidade

A quantidade de pessoas sem carteira assinada aumentou 3% no primeiro semestre de 2016, aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do IBGE. Além da precarização do trabalho, cenário também tende a agravar ainda mais os gastos públicos.

Segundo a Pnad, a quantidade de pessoas sem carteira assinada passou de 9,78 milhões em janeiro, para 10,08 milhões em junho. Ao mesmo tempo, o volume de trabalhadores com carteira assinada caiu 1,2%, na mesma base de comparação.

Em relação ao índice de desemprego do segundo trimestre, a taxa ficou no maior patamar registrado, ao atingir 11,3% (contra 10,9% no trimestre anterior), um total correspondente a 11,6 milhões de pessoas. O número também equivale à alta de 4,5%, ante o observado entre janeiro e março (11,1 milhões), e aumento de 38,7% na comparação com igual período do ano passado.

De acordo com Bruno Ottoni Vaz, pesquisador de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), a migração de pessoas para os empregos informais ou por conta própria também pode significar dificuldades para a retomada do próprio mercado de trabalho.

"Na medida em que essa transferência acontece, fica cada vez mais difícil para essas pessoas retomarem o emprego formal, uma vez que, quando a economia melhorar, a depreciação



do capital humano [perda de qualidade na mão de obra] ainda será um fator a ser considerado pelos contratadores. No final das contas, a informalidade, pode se tornar uma realidade mais permanente no País", explica Vaz, do Ibre/FGV.

"Além disso, essa precarização retoma problemas não só para o setor privado, onde há a falta de experiência adequada para o contratante e a perda de direitos e benefícios de uma CLT para o trabalhador; mas também para o setor público, que deixa de arrecadar em relação a INSS [Instituto Nacional do Seguro Social] e acaba por piorar o que já está em um cenário ruim", complementa Orlando Assunção Fernandes, professor de Administração da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

Como informado na última sexta-feira pelo DCI, especialistas projetam que nem mesmo uma recuperação na economia melhoraria o déficit da Previdência Social que, segundo o resultado primário do governo central, acumulou alta de 63,2% no primeiro semestre deste ano em relação a igual período do ano passado.

Para Francisco Luiz Cazeiro Lopreato, professor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Cecon/Unicamp), apesar do impacto do índice de desemprego ser de forma indireta nas contas públicas, uma das possíveis saídas para o governo, ante o atual momento econômico, seria fazer os ajustes e ser mais criterioso com relação aos programas sociais.

"Assim que o impeachment se definir, essa será a saída de curto prazo do governo [no ajuste fiscal]. A notícia só não veio ainda porque, com cortes no âmbito social, a pressão seria muito forte", diz Lopreato, da Cecon/Unicamp.

Ainda de acordo com dados da Pnad, o rendimento médio em todos os trabalhos mostrou uma retração de 1,5% no segundo trimestre em relação aos três meses anteriores (de R\$ 2.002 para R\$ 1.972). Já na comparação com igual período de 2015, a queda foi de 4,2%.

A massa de rendimento real recebida em todos os trabalhos (R\$ 174,6 bilhões), também mostrou retração de 1,1% em relação ao primeiro trimestre deste ano, e 4,9% frente a mesmo trimestre do ano anterior.

"O reflexo disso é uma demanda maior de serviços públicos em uma época de cortes de gastos. Ante a crise do setor, com certeza haverá uma forte pressão no governo para maiores concessões, principalmente para conseguir atender essa alta na procura de serviços", conclui Carlos Alberto Ramos, professor de economia da Universidade de Brasília (UNB).

Perspectivas - Segundo os especialistas, a expectativa para o cenário do mercado de trabalho continua negativa mesmo na possibilidade de uma melhora na conjuntura econômica no quarto trimestre deste ano.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luís Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)